

A Educação do Campo do Estado de Mato Grosso: o “reverdecer” a partir do novo Pronacampo das águas e das florestas

 Euzemar Fátima Siqueira ¹  Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira ²

¹ Formação Estadual do Novo Pronacampo. Rua 06 quadra 10 casa 11 bairro Residencial Ana Maria. Cuiabá-MT. Brasil.

²Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Bolsista Produtividade do CNPq.

Autor para correspondência/Author for correspondence: eflsiqueira@gmail.com

RESUMO. Este artigo analisa o papel político do novo PRONACAMPO na efetivação da Educação do Campo em Mato Grosso. O objetivo é compreender como essa política fortalece práticas educativas ligadas aos saberes da terra, das águas e das florestas. A metodologia é qualitativa e documental. Os resultados apontam avanços na articulação entre escola, comunidade e natureza. Revelam também resistência cultural e fortalecimento das políticas públicas. Conclui-se que o novo PRONACAMPO representa um movimento de “reverdecer” a educação, ampliando memória e futuro para os territórios do campo.

Palavras-chave: políticas públicas, novo pronacampo, movimentos sociais.

Rural Education in the State of Mato Grosso: the "greening" through the new Pronacampo program for water and forests

ABSTRACT. This article analyzes the political role of the new PRONACAMPO in the implementation of Rural Education in Mato Grosso. The objective is to understand how this policy strengthens educational practices linked to the knowledge of the land, waters, and forests. The methodology is qualitative and documentary. The results point to advances in the articulation between school, community, and nature. They also reveal cultural resistance and the strengthening of public policies. It is concluded that the new PRONACAMPO represents a movement to "re-green" education, expanding memory and future for rural territories.

Keywords: public policies, new pronacampo, social movements.

Educación rural en el estado de Mato Grosso: la "ecologización" a través del nuevo programa Pronacampo para el agua y los bosques

RESUMEN. Este artículo analiza el papel político del nuevo PRONACAMPO en la implementación de la Educación Rural en Mato Grosso. El objetivo es comprender cómo esta política fortalece las prácticas educativas vinculadas al conocimiento de la tierra, las aguas y los bosques. La metodología es cualitativa y documental. Los resultados apuntan a avances en la articulación entre la escuela, la comunidad y la naturaleza. También revelan resistencias culturales y el fortalecimiento de las políticas públicas. Se concluye que el nuevo PRONACAMPO representa un movimiento para reverdecer la educación, expandiendo la memoria y el futuro de los territorios rurales.

Palabras clave: políticas públicas, nuevo pronacampo, movimientos sociales.

Introdução

O Estado de Mato Grosso, situado na região Centro-Oeste e pertencente à Amazônia Legal, ocupa uma posição estratégica no cenário socioambiental e educacional brasileiro. Essa localização singular faz convergir fronteiras agrícolas, áreas de preservação ambiental e territórios de grande diversidade cultural, compondo um mosaico de práticas sociais e educativas que refletem a riqueza de seus três biomas — Cerrado, Pantanal e Floresta Amazônica. Trata-se de um território dominado nas últimas décadas pelo negócio da grande agricultura e onde a implementação da educação do campo no campo no Estado de Mato Grosso historicamente tem sido um desafio.

O que não falta neste território são disputas territoriais, socioambientais e culturais, marcadas pela expansão do agronegócio, pelo avanço das monoculturas, pelo uso intensivo de agrotóxicos e pela expropriação dos modos de vida camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Trata-se de uma população que carece de políticas voltadas aos povos do campo, no entanto o governo do estado que nas últimas décadas e ou são oriundos deste pelos grandes capitalistas ou são mantidos por esse segmento. Nesse contexto, pensar políticas públicas para a Educação do Campo exige compreender o território como espaço vivo, atravessado por relações de poder, saberes tradicionais e lutas por reconhecimento e permanência.

Entretanto, mesmo com esses desafios, o fortalecimento da Educação do Campo pode ser compreendido como um movimento de “reverdecer”, metáfora que traduz a retomada da vitalidade e da esperança em territórios historicamente marcados por desigualdades e desafios. O novo PRONACAMPO surge como instrumento de reconstrução e valorização, permitindo que práticas educativas dialoguem com os saberes da terra, das águas e das florestas, reconhecendo a pluralidade de modos de vida presentes no estado.

O “reverdecer” da Educação do Campo em Mato Grosso não se limita ao aspecto técnico das políticas públicas, mas se manifesta como um caminho poético e estratégico, capaz de reencantar a relação entre escola, comunidade e natureza. A educação é vista como semente que, ao receber cuidados e políticas consistentes, floresce em resistência, memória e futuro.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir o papel político do Novo Pronacampo para a efetivação e retomada da educação do campo, das águas e das florestas, no Estado de Mato Grosso frente às fragilidades no processo de implantação e implementação de políticas públicas para esta demanda no estado.

O Novo PRONACAMPO das Águas e das Florestas emerge como uma possibilidade de “reverdecer” a Educação do Campo no estado, ao propor uma política que dialoga com as especificidades dos biomas mato-grossenses — Amazônia, Cerrado e Pantanal — e com os povos que neles vivem. O termo *reverdecer* é aqui compreendido não apenas como metáfora ambiental, mas como um movimento político-pedagógico de reconstrução da escola do campo enquanto espaço de vida, resistência e produção de conhecimentos enraizados no território.

Historicamente, a Educação do Campo em Mato Grosso foi marcada por práticas educativas urbano cêntricas, currículos descolados da realidade camponesa e pela precarização das condições de oferta escolar no meio rural. Escolas multisseriadas, fechamento de unidades escolares e deslocamento forçado de estudantes para áreas urbanas revelam um projeto educacional que, por vezes, negligencia os direitos dos sujeitos do campo. Em contraposição, os movimentos sociais do campo — como o MST, comunidades quilombolas, povos indígenas e organizações camponesas — foram fundamentais para a construção de uma concepção de Educação do Campo comprometida com a justiça social, a reforma agrária, a sustentabilidade e a valorização dos saberes locais.

É nesse cenário que o Novo PRONACAMPO das Águas e das Florestas se apresenta como um marco importante, ao reafirmar princípios como a educação contextualizada, a formação específica de professores do campo, a pedagogia da alternância, o fortalecimento das escolas do campo, das águas e das florestas e o respeito à diversidade sociocultural. Em Mato Grosso, onde a água e a floresta são elementos centrais da vida e da produção social, essa abordagem possibilita integrar educação, território e meio ambiente de forma indissociável.

Assim, a escrita deste artigo, utilizou-se de uma abordagem qualitativa e documental, buscando compreender a constituição, os avanços e os retrocessos das políticas públicas voltadas à Educação do Campo em Mato Grosso, especialmente no contexto do novo PRONACAMPO. Sendo a pesquisa documental, foi feita a partir de análise de documentos oficiais, legislações, planos e relatórios relacionados à política da Educação do Campo, bem como registros sobre a criação e atuação do Comitê Interinstitucional Permanente da Educação do Campo e do Fórum Popular da Educação do Campo, bem como revisão bibliográfica para melhor compreensão do tema.

O artigo é composto por três seções: a primeira seção trata do processo histórico da educação do campo no Estado de Mato Grosso, apresentando as políticas públicas da Educação do Campo em Mato Grosso, seus desafios e perspectivas.

A segunda seção aborda a constituição do Comitê Interinstitucional da Educação do Campo e do Fórum Popular da Educação do Campo, compreendendo-os como frentes de trabalho distintas: o primeiro voltado à formulação e acompanhamento das políticas públicas, e o segundo à mobilização social e cobrança pela efetiva execução dessas políticas, e o papel do Novo Pronacampo nesse contexto.

A terceira seção mostra a importância do Novo PRONACAMPO como instrumento de fortalecimento e reverberação das políticas públicas educacionais voltadas à Educação do Campo, destacando seus impactos em âmbito nacional e, de forma especial, no Estado de Mato Grosso.

O “reverdecer” da Educação do Campo, implica reconhecer a escola como espaço estratégico para a defesa da vida, das águas e das florestas frente ao avanço de modelos predatórios de desenvolvimento. Significa promover práticas pedagógicas que dialoguem com a agroecologia, com a soberania alimentar, com o cuidado com os bens comuns e com a memória coletiva dos povos do campo. Trata-se de uma educação que forma sujeitos críticos, capazes de ler o mundo a partir de sua realidade e de intervir nela de forma consciente e coletiva.

Em Mato Grosso, o desafio do Novo PRONACAMPO reside na sua efetiva implementação, garantindo financiamento adequado, participação social e articulação entre União, Estado e municípios. O “reverdecer” não se concretiza apenas no plano normativo, mas na materialidade das políticas públicas e no cotidiano das escolas do campo. Assim, o Novo PRONACAMPO das Águas e das Florestas representa uma oportunidade histórica de fortalecer a Educação do Campo como projeto emancipatório, comprometido com a justiça socioambiental e com o direito dos povos do campo de existir, aprender e ensinar em seus territórios.

Caminhos percorridos para a instituição da Educação do Campo em Mato Grosso: processo em construção

As políticas públicas para a educação do campo no Brasil nasceram do clamor das vozes que brotam da terra, dos movimentos que, como raízes profundas, se entrelaçam na luta por reconhecimento e dignidade. Pois, mesmo após a homologação da LDB em 1996, os povos das águas, das florestas e dos campos seguiam esquecidos, assim fazendo uma analogia era como se a educação fosse apenas filha das cidades e dos grandes centros que inviabilizam o canto da roça.

Desta forma, ocorreu os movimentos de reivindicações e foi realizada o **I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA)**, realizado pelo MST em julho de 1997, na Universidade de Brasília, marcou um momento histórico: o surgimento de um movimento sócio-político voltado para a construção de uma educação contextualizada e específica para o campo.

Assim foi realizada a **I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo**, realizada em 1998 em Luziânia (GO), foi organizada pelo MST, CNBB, UNICEF, UNESCO e UnB, e marcou o início da luta por políticas públicas voltadas à educação específica para o campo, em 2004 ocorreu a **II Conferência Nacional por uma Educação do Campo**, aconteceu em Luziânia (GO), foi organizada pelo MST, CNBB, UNICEF, UNESCO e UnB, com o objetivo de consolidar políticas públicas voltadas à educação os sujeitos do campo.

A partir desses movimentos encontro e conferências as resposta foram positivo significativo para Educação do Campo no Brasil ganhou amparo legal com a **Resolução CNE/CEB nº 1/2002**, que estabeleceu diretrizes operacionais para as escolas rurais, reforçada pela **Resolução nº 2/2008**, voltada à formação docente e valorização da cultura camponesa. Em seguida, o **Decreto Presidencial nº 7.352/2010** instituiu a Política Nacional de Educação do Campo e fortaleceu o PRONERA. Posteriormente, o **Pronacampo** foi regulamentado pela **Portaria MEC nº 86/2013**, ampliando o acesso e a qualidade da educação básica no campo, e atualizado pelo **Novo Pronacampo**, instituído pela **Portaria MEC nº 1.140/2018**, com foco na permanência dos estudantes e valorização da agricultura familiar. Mais recentemente, em 2025, o **Novo Pronacampo ampliado**, por meio da **Portaria MEC nº 538/2025**, passou a integrar também os povos das águas e das florestas, consolidando uma política nacional abrangente e inclusiva.

Os marcos legais fortalecem a política nacional para a educação do campo e precisam ser cuidados, monitorado pela sociedade civil, para que sejam cumpridos para que não haja retrocesso, como diz a música Educação do Campo é direito e não esmola. Para Caldart (2023), a Educação do Campo contribui com a construção de um vínculo entre a prática de reconstrução político-pedagógica da escola e o processo de formação de educadores é fundamental para consolidar uma educação transformadora. Essa articulação abre caminhos para a concretização dos objetivos propostos, fortalecendo não apenas a qualidade da formação docente, mas também o sentido de realização pessoal em trabalhar com a educação. Ao integrar teoria e prática, cria-se um espaço de contentamento e compromisso, capaz de formar cidadãos críticos

e conscientes, ao mesmo tempo em que contribui para a formação integral do próprio ser humano.

Educação do Campo em Mato Grosso: Trajetórias de Construção, Reconstrução e Resistência no contexto do novo Pronacampo

O Estado do Mato Grosso iniciou a construção de políticas públicas, a partir da resolução 126/2003 homologada pelo conselho estadual– que institui diretrizes operacionais para a Educação no Campo, esta resolução desencadeou ação de institucionalização da educação do campo no estado. Em 2005 foi constituído dentro do órgão central da Secretaria de Estado de Educação uma equipe que deveria pensar os processos de elaboração das políticas para a educação do campo no estado.

Uma das primeiras iniciativas foi a elaboração do capítulo da **Educação do Campo** no Plano Estadual de Educação. Para fortalecer esse processo, realizou-se o **I Seminário do Norte de Mato Grosso sobre Educação do Campo**, em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), com o objetivo de preparar a criação do **Fórum Estadual de Educação do Campo**. Nesse contexto, foram organizadas oficinas temáticas com a participação dos movimentos sociais, professores e professoras das escolas do campo, sociedade civil, que discutiram assuntos de grande relevância, os quais fundamentaram a construção do primeiro capítulo dedicado à Educação do Campo no PEE-MT. Esse capítulo foi posteriormente homologado pela **Lei nº 8.806/2008**, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, e continua a orientar as políticas educacionais voltadas para o campo até os dias atuais.

Na estrutura da SEDUC-MT, a Educação do Campo percorre diferentes processos para manter-se ativa em suas especificidades curriculares, consolidando espaços de construção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessa modalidade. No processo de institucionalização, o grupo de trabalho instituído em 2005 foi denominado **Gerência de Educação do Campo** quando, em 2010, foi criada a **Superintendência de Diversidades Educacionais**. Posteriormente, em 2019, passou a ser a **Coordenadoria de Educação do Campo e Quilombola**, adquirindo maior autonomia na condução das ações e assumindo também a responsabilidade pela gestão da **Educação Escolar Quilombola**. Em 2024, a Educação do Campo e a Educação Escolar Quilombola passaram a ser geridas pela **Coordenadoria de Educação Étnico-Racial e Ambiental (COEERA)**, vinculada à **Superintendência de Equidade e Inclusão (SUEI)**.

Em 2010 foram elaboradas as **Orientações Curriculares para a Diversidade Educacional**, no capítulo dedicado à **Educação do Campo**, como forma de garantir o fortalecimento dessa modalidade. O documento resultou de uma construção coletiva em diálogo com professores e movimentos sociais, apoiada em referenciais teóricos que indicaram as principais temáticas do currículo: **Terra e Trabalho; identidades, lutas e organizações dos povos do campo; desenvolvimento sustentável; cidadania**, além da definição de metodologias para as práticas pedagógicas, formação docente e gestão escolar.

A Coordenadoria de Educação do Campo e Quilombola deu continuidade aos trabalhos com a elaboração de cadernos orientativos para a parte diversificada Ciência e Saberes do Campo, instituída em todas as unidades escolares a partir de 2019, com base no indicativo do primeiro capítulo destinado à Educação do Campo no **Plano Estadual de Educação (Lei nº 8.806/2008)**, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Educação do Campo: caminhos tecidos pelos movimentos sociais

A história da Educação do Campo no Brasil está profundamente ligada às lutas sociais pela terra e pela Reforma Agrária. Desde os anos 1980, movimentos como o MST, sindicatos rurais e organizações comunitárias denunciaram a exclusão das populações camponesas de uma educação que refletisse suas realidades.

Na década de 1990, a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) abriu espaço para pensar modalidades diferenciadas, ainda que marcadas por um viés urbano. Foi a pressão social que impulsionou a criação de programas como o PRONERA (1998), voltado à alfabetização e formação de jovens e adultos em assentamentos.

Nesse processo, o ENERA e as conferências se consolidaram como pontos estruturantes, articulando movimentos sociais do campo e universidades na formulação de princípios e metodologias. Essa participação ativa garantiu que a Educação do Campo fosse reconhecida como projeto político-pedagógico, valorizando saberes locais, práticas agrícolas, cultura e identidade, e reafirmando que as conquistas educacionais resultam diretamente da organização e luta dos povos do campo.

Retomada do Comitê Interinstitucional da Educação do Campo- CIPEC/MT em Mato Grosso no âmbito do novo Pronacampo

Após dez anos de articulação, o CIPEC-MT é reativado para cumprir seu papel estratégico de conectar formulação e prática, assegurando que a Educação do Campo seja um

projeto coletivo, fruto das lutas sociais e da articulação com universidades, após a adesão do estado ao novo Pronacampo.

Contexto histórico do CIPEC em Mato Grosso

Em 2006, ocorreu a institucionalização do Comitê Interinstitucional da Educação do Campo (CIPEC) que realizava formações em parceria com professores e professoras/educadores e educadoras do campo e diversas instituições. Era composto por instituições governamentais e não governamentais. Aqui listamos as instituições que compunham o CIPEC: Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEAF), União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso (UNDIME), Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE/MT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), Conselho Estadual da Educação Escolar Indígena de Mato Grosso (CEEI/MT), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT).

Houve um período em que a SEDUC desenvolveu ações formativas em parceria com o CIPEC, subsidiando as formações voltadas à agricultura familiar, à agroecologia e à economia solidária. Essas iniciativas tiveram como objetivo integrar os saberes oriundos da vivência dos povos do campo, fortalecendo a identidade e a sustentabilidade da educação do campo e reafirmando sua importância como política pública construída de forma coletiva.

Em 24/07/2013 foi homologada a Resolução nº 003/2013 do Conselho Estadual de Educação que Dispõe sobre a oferta da Educação do Campo, no Estado de Mato Grosso, o que versa um artigo que trata da formação de professores, onde está em seus princípios a formação articulada com à especificidade do Campo:

Art. 2º - A Educação do Campo tem por princípios: V. formação de profissionais da educação, articulada à especificidade do Campo, considerando-se a realidade sócio-histórico-cultural da comunidade (CEE/MT, 2013).

Esse parágrafo, enfatiza a necessidade de uma formação de professoras e professores voltada às especificidades do campo, considerando a realidade sócio-histórico-cultural das comunidades rurais. Ela também estabelece o regime de colaboração entre Estado, União e Municípios para a implementação de políticas públicas de educação do campo e a criação de mecanismos que garantam sua efetivação. Assim, o CIPEC-MT, apesar de sua importância na constituição de uma política pública que atenda verdadeiramente a Educação do Campo, ficou desativada por 10 anos, e que foi retomado em 2025, com a adesão ao Novo Pronacampo pela Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso. Comemoramos esta nova fase de fôlego a Educação do campo:

Nesse contexto, também destacamos a importância do Pronacampo que é uma política pública do Ministério da Educação (MEC) para garantir e qualificar a educação no campo, abrangendo povos do campo, das águas e das florestas, focando em educação contextualizada, com o objetivo de atender às necessidades desses territórios e promover o direito à educação de qualidade e permanência dos estudantes e tem como eixo de atuação a formação de professores, a melhoria da infraestrutura escolar, a produção de material didático específico, a educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional e tecnológica. (Soares & Molina, 2025, p. 6).

Está previsto no Plano Estadual de Educação a criação de um Fórum para acompanhar as ações voltadas para a Educação do Campo cujo o papel é o de acampar e cobrar a efetivação das políticas públicas para os povos do campo, das águas e das florestas. Desta forma o Comitê Interinstitucional da Educação do Campo cumpre papel estratégico ao conectar formulação e prática das políticas públicas, enquanto o Fórum da Educação do Campo atua como espaço amplo de mobilização social e participação democrática. Assim, o Comitê garante a coordenação institucional e o monitoramento das ações, e o Fórum fortalece a legitimidade das propostas ao reunir comunidades, movimentos sociais e universidades, assegurando que a Educação do Campo se mantenha como projeto político-pedagógico coletivo.

Assim, o Novo Pronacampo trouxe de volta a possibilidade de inserir os movimentos sociais na pauta da Educação do Campo, ao promover a **reativação do Comitê Interinstitucional** e a criação do **Fórum Popular da Educação do Campo**. Mas é preciso reconhecer:

Contudo, faz necessário destacar que mais uma vez a classe trabalhadora se uniu e com muita luta fez eleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato – 2022 a 2026, que continua resistindo e realizando as políticas sociais em benefício da classe trabalhadora, comprometido principalmente em restabelecer a dignidade do ser humano, retirando o Brasil, mais uma vez do mapa da fome e retornando com as políticas educacionais que geram

igualdade social principalmente para aqueles que não teriam acesso à educação sem estas políticas. (Soares & Molina, 2025, p. 12).

Pois, temos a clareza que não interessa a elite dominante do Brasil a educação do campo que instrua a classe trabalhadora que vive no campo. Nesse contexto, é preciso lutar para que a educação do campo tenha financiamento. Temos a certeza e é por isso que participamos desses espaços coletivos que fortalecem a participação democrática, articulando Estado, universidades e organizações sociais, e reafirmam que a construção das políticas educacionais deve nascer das lutas coletivas e das realidades vividas pelos povos do campo, das águas e das florestas.

Caminhos e trajetórias da Educação do Campo: o papel estratégico do Novo Pronacampo em reverberar políticas públicas

O **Novo Pronacampo**, instituído pela **Portaria nº 538/2025 do Ministério da Educação**, trouxe novo fôlego às políticas públicas voltadas à Educação do Campo no Brasil e, de forma especial, no Estado de Mato Grosso após sua adesão. Como proposta ousada, o programa provocou o movimento e a revitalização da Educação do Campo, fortalecendo sua função social ao garantir inclusão, cidadania e valorização dos saberes e práticas das comunidades rurais, ribeirinhas e tradicionais. Nesse sentido, reafirma-se que a Educação do Campo não se limita à escolarização formal, mas cumpre papel estratégico na construção de identidades coletivas, na promoção do desenvolvimento sustentável e na consolidação da democracia participativa, ao integrar Estado, universidades e movimentos sociais na formulação e execução das políticas educacionais.

A estrutura criada pelo MEC para a implementação do Novo Pronacampo organiza-se em três dimensões complementares. Foi criado a figura do **Agente de Governança**, ligado diretamente ao Estado, tem a função de coordenar e garantir a institucionalidade das ações, assegurando que as políticas públicas sejam executadas de forma integrada.

Tem-se a figura do **Agente de formação (que é a autora principal deste artigo que vos escreve)**, representante da sociedade civil, é indicado e referenciado pelos movimentos sociais, trazendo para o centro da política os saberes, demandas e experiências das comunidades do campo, junto às instituições de ensino superior e os movimentos sociais.

E temos 32 **Agentes Territoriais** que desempenham papel fundamental na efetivação dessa política nos estados e regiões, pois atuam diretamente nos territórios, aproximando as diretrizes nacionais das realidades locais e garantindo que a Educação do Campo se concretize como prática social e pedagógica enraizada nas lutas e necessidades das populações

campesinas. Trata-se de uma estrutura e estratégia revolucionária, capazes de articular Estado e sociedade em torno de um projeto coletivo que fortalece a função social da Educação do Campo e amplia seu impacto em todo o país.

Dentre as ações do Novo Pronacampo, destaca-se o **Artigo 6º**, que apresenta os eixos estruturantes das ações operacionais: **I - Formação; II - Pro-Multi: Escolas Multisseriadas; III - Currículo, Diretrizes e Material Didático; IV - Ação Climática e Agroecologia; V - Monitoramento e Avaliação; VI - Difusão de Saberes e Transversalidades; e VII - Coordenação Federativa.**

O Artigo 7º ressalta a instituição dos Centros de Referência da Educação do Campo, das Águas e das Florestas nos estados, que servirão de base para a execução desses eixos estruturantes, a partir da formação territorial em diálogo constante entre universidades e movimentos sociais — um desafio repleto de possibilidades.

No Estado de Mato Grosso, esse processo inicia-se com a constituição de uma comissão responsável pela seleção dos agentes territoriais, representando o início de uma caminhada na construção de um processo dinâmico, simultâneo e coletivo, sustentado por uma estrutura e estratégia revolucionária e democrática que fortalecem a função social da Educação do Campo.

Considerações finais

O movimento pela Educação do e no Campo em Mato Grosso revela-se como expressão de resistência e esperança, erguido por mãos calejadas e sonhos persistentes que reivindicam uma escola enraizada na vida cotidiana e nos saberes tradicionais. O novo PRONACAMPO, das águas e da Floresta, ao dialogar com os territórios da colheita, da pesca e da floresta, reafirma identidades, valoriza culturas locais e fortalece a sustentabilidade como eixo estruturante da política educacional. Mais que números e estatísticas, trata-se de um processo de reconstrução simbólica e prática, capaz de reencantar a relação entre escola, comunidade e natureza. Nesse sentido, a Educação do Campo emerge como semente de futuro, consolidando-se como instrumento político e poético de afirmação da Amazônia Legal e de seus povos.

Referências

Brandão, C. R. (2002). Refletir, discutir, propor: as dimensões de militância intelectual que há no educador. In C. R. Brandão, *Educador: Vida e Morte* (12. ed.). São Paulo: Editora Graal.

Caldart, R. S. (2022). *Educação do Campo 25 anos: legado político-pedagógico*. Elaborado a partir da exposição feita no “I Seminário Piauiense Híbrido de Educação do Campo”. Disponível em <https://mst.org.br>

Freire, P. (2001). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (19. ed.). São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (2015). *Pedagogia do oprimido* (59. ed., rev. e atual.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Reck, J. (2007). *Perspectiva da Educação do Campo em Mato Grosso*. Cuiabá-MT: Seduc.

Senra, R. E. F., Vilela, E. S. M., & Medeiros, H. Q. (2022). Comitê de Educação do Campo de Mato Grosso: após 10 anos de existência, quais desafios em tempos obscuros? *Revista Humanidades e Inovações: Avaliação Estandarizada e da/para Aprendizagem na América Latina*, 9(3), 230-244.

Siqueira, E. F. L. (2018). Percurso formativo na construção da identidade a partir dos territórios: Programa Escola da Terra – perspectivas e desafios. In N. C. G. Araújo, B. C. P. Oliveira, & A. M. Vieira (Orgs.). *Coletânea da Escola da Terra: Práticas pedagógicas na educação do campo de professores que atuam em classes multisseriadas*. Cuiabá-MT: Gráfica Print.

Soares, S. M., & Molina, M. C. (2025). Do Pronera ao Novo Pronacampo: a importância para a educação do campo e para a formação de docentes camponeses. *Revista de Comunicação Científica – RCC*, 7(20), 94-105.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 01/02/2026
Aprovado em: 10/03/2026
Publicado em: 17/03/2026

Received on February 01st, 2026
Accepted on March 10th, 2026
Published on March, 17th, 2026

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Siqueira, E. F., & Pereira, L. C. P. (2026). A Educação do Campo do Estado de Mato Grosso: o “reverdecer” a partir do novo Pronacampo das águas e das florestas. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 11, e20501.

ABNT

SIQUEIRA, E. F.; PEREIRA, L. C. P. A Educação do Campo do Estado de Mato Grosso: o “reverdecer” a partir do novo Pronacampo das águas e das florestas. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 11, e20501, 2026.